CARTA ABERTA AO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Exmo. Prefeito Municipal, Srs. Vereadores, Secretário Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Assistência Social e Comunidade:

Os Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Cascavel-PR, reunidos nas datas de 13 e 20 de Junho de 2013 na Faculdade ITECNE, vem por meio desta CARTA ABERTA se manifestar, e:

CONSIDERANDO a demanda reprimida dos serviços públicos e o atendimento precarizado que está sendo prestado a população, devido a: falta de condições de trabalho dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS e do SUS; não ampliação ou reposição do quadro de servidores públicos efetivos; não pagamento de horas extras; não colocação das horas extras no banco de horas; sobrecarga de trabalho dos servidores públicos, em especial os Serviços de Média e Alta Complexidade e os Serviços de atendimento 24 horas; estagiários exercendo atividades que deveriam ser desenvolvidas por servidores públicos efetivos; falta de continuidade da prestação de serviços devido a terceirização de funcionários; desvio e acúmulo de funções; entre outras situações que estão comprometendo a prestação de serviços públicos no Município de Cascavel, resultando em uma série de violações de direitos dos usuários e dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS e do SUS;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal 10.988/2012, de 12 de Novembro de 2012, instituiu medidas de contenção de despesas em atendimento à Lei Federal Complementar nº 101/2000, determinando entre outras coisas o não pagamento de licenças prêmio, férias e pagamento de horas extras lançadas em banco de horas, não reposição de pessoal, não acréscimo e/ou reposição de estagiários;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal 11.129/2013, de 29 de Janeiro de 2013, suspendeu o processo de promoção vertical dos servidores públicos municipais, até que se restabeleça o equilíbrio das finanças públicas;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal 11.135/2013, de 08 de Fevereiro de 2013, instituiu medidas de contenção de despesas, notadamente gastos com pessoal determinando entre outras coisas o não pagamento de licenças prêmio, férias e pagamento de horas extras inclusive as lançadas em banco de horas, não reposição de pessoal, não acréscimo e/ou reposição de estagiários;

CONSIDERANDO que em reuniões convocadas pelos Gestores do Executivo Municipal de Cascavel foi solicitada a colaboração dos servidores públicos efetivos que exerciam as funções de confiança, para que continuassem executando as atribuições “neste momento difícil” que o município passava, além de solicitar a colaboração dos demais servidores públicos efetivos para a continuidade na execução dos serviços com a “promessa” de regularização no mês de maio de 2013, quando o Município sairia do limite prudencial;

CONSIDERANDO que segundo as informações divulgadas pela Secretaria de Administração as reposições de servidores públicos serão efetuadas de forma gradativa, prejudicando ainda mais o andamento dos Serviços que atualmente não possuem as equipes mínimas previstas nas legislações e normativas do SUAS e SUS;

CONSIDERANDO que não houve chamamento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS e do SUS para discussão do Anteprojeto de Lei 129/2013 (que trata das Gratificações e Plano de Cargos, Vencimentos e Carreiras do Servidor Público Municipal, entre outras providências) antes de ser enviado à Câmara de Vereadores do Município de Cascavel para aprovação em Regime de Urgência;

Solicitamos:

1. Emenda ao Anteprojeto de Lei 129/2013, alterando a Estrutura do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreiras do Servidor Público Municipal de Cascavel (Lei Municipal nº 3.800/2004), no que se refere à classe do Grupo Ocupacional Nível Superior – GSU das seguintes categorias: Assistentes Sociais,

- Psicólogos, Enfermeiros, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeutas, Nutricionistas e Farmacêuticos. (Conforme Anexo I);
2. Alteração do Artigo 41-O do Anteprojeto de Lei 129/2013, de modo a garantir que no mínimo 50% dos cargos em comissão sejam ocupados por servidores públicos efetivos como era anteriormente previsto no artigo 12 da Lei Municipal nº 4.856/2008 que recebeu nova redação a partir da Lei Municipal nº 5.735/2011. (nova redação constante no Anexo II)
 3. E esclarecimentos quanto a:
 - 3.1 Considerando que o município já saiu do limite prudencial, quando serão efetivadas as reposições dos servidores?
 - 3.2 Considerando que o município já saiu do limite prudencial, qual a data definida para o retorno do pagamento das gratificações, adicionais, horas extras e banco de horas?
 - 3.3 Quanto ao Art. 1º do anteprojeto de Lei nº 129/2013, referente a alteração do Art. 53 § 1º da lei 2.215/1991, o qual trata das horas extraordinárias realizadas por servidor designado para exercício da função gratificada, não serão remuneradas, e que serão lançadas em banco de horas sem acréscimos, podendo ser compensadas em no máximo 90 dias. Não é justo que o servidor designado não tenha o direito ao mesmo cálculo de horas extraordinárias que os demais servidores públicos. Sendo assim, é necessário alterar este parágrafo, considerando que as horas extraordinárias sejam contabilizadas com os acréscimos conforme o que prevê o Estatuto do Servidor.
 - 3.4 Quais serão os critérios para o cálculo da porcentagem incidente sobre o vencimento do servidor público designado para função gratificada, a fim de manter a isonomia entre os servidores, já que a Lei é subjetiva neste aspecto, e considera como base para cálculo a essencialidade, complexidade e nível de responsabilidade atribuída ao servidor público, bem como as condições e a natureza do trabalho da Unidade ao qual foi designado (Art. 1º do Anteprojeto de Lei nº 129/2013, referente a alteração do *caput* do Art. 53 da lei 2.215/199)?
 4. Tendo em vista a nova configuração da “Tabela de Vencimentos” com a inserção da “Referência por Tempo de Serviço”, como será feita a promoção do servidores públicos municipais por tempo de serviço? A promoção por tempo de serviço incidirá sobre o Estágio do nível em que o servidor estiver na evolução da promoção horizontal?

Certos de que a comunidade cascavelense entenderá e apoiará nossas reivindicações e que as autoridades (do Executivo e Legislativo municipal) atenderão as solicitações dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS e do SUS deste Município, não permitindo que a atual situação se agrave ainda mais, colocamo-nos à disposição para fornecer maiores detalhamentos acerca da situação e das necessidades dos Serviços e servidores públicos municipais.

Cascavel 20 de Junho de 2013.

Cordialmente,

Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS e do SUS.

ANEXO I**PROPOSTA DE EMENDA AO ANTEPROJETO DE LEI Nº 129/2013**

Art. XXº - Fica alterado o Anexo I – Estrutura de Cargos de Lei Municipal nº 3.800/2004, no que se refere a classe de vencimentos dos seguintes cargos:

GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR - GSU				
CARGO	NÍVEL	CLASSE	FUNÇÃO/ATIVIDADE	REQUISITOS DO CARGO
ASSISTENTE SOCIAL	I	B22	ASSISTENTE SOCIAL	ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo em Serviço Social.
	II	B25		Registro no Conselho de Classe correspondente.
	III	B28		
	IV	B31		CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais.
PSICÓLOGO	I	B22	PSICÓLOGO	ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo em Psicologia.
	II	B25		Registro no Conselho de Classe correspondente.
	III	B28		
	IV	B31		CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais.
ENFERMEIRO	I	B22	ENFERMEIRO	ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo em Enfermagem.
	II	B25		Registro no Conselho de Classe correspondente.
	III	B28		
	IV	B31		CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais.
FONOAUDIÓLOGO	I	B22	FONOAUDIÓLOGO	ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo em Fonoaudiologia.
	II	B25		Registro no Conselho de Classe correspondente.
	III	B28		
	IV	B31		CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais.

TERAPEUTA OCUPACIONAL	I	B22	TERAPEUTA OCUPACIONAL	ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo em Terapia Ocupacional.
	II	B25		Registro no Conselho de Classe correspondente.
	III	B28		
	IV	B31		CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais.
FISIOTERAPEUTA	I	B22	FISIOTERAPEUTA	ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo em Fisioterapia.
	II	B25		Registro no Conselho de Classe correspondente.
	III	B28		
	IV	B31		CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais.
NUTRICIONISTA	I	B22	NUTRICIONISTA	ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo em Nutrição.
	II	B25		Registro no Conselho de Classe correspondente.
	III	B28		
	IV	B31		CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais.
FARMACEUTICO	I	B22	FARMACEUTICO	ESCOLARIDADE: Ensino Superior completo em Farmácia.
	II	B25		Registro no Conselho de Classe correspondente.
	III	B28		
	IV	B31		CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais.

ANEXO II

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO DO ARTIGO 41-O DO ANTEPROJETO DE LEI Nº 129/2013

Artigo 41-O Fica definido por esta Lei que os cargos comissionados previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.800, deverão ser preenchidos em, no mínimo, 50% (dez por cento) por servidores públicos efetivos.